



CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE TEMPORÁRIO NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Victoria Gabriela Obino dos Santos - UEM

Rafaela Santos Cruz - UEM

Ana Luiza Barbosa Anversa - UEM

Vânia de Fátima Matias- UEM

victoriagobino@gmail.com

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo analisar, com base na literatura, as condições de trabalho docente dos professores em regime temporários no ensino superior. A pesquisa, de abordagem qualitativa do tipo revisão integrativa, foi realizada junto a base de dados Lilacs, Scielo e Portal Capes a partir dos descritores "condições de trabalho"; "professores temporários"; "ensino superior", utilizando o operador booleano "AND" entre os termos e considerando o período de 2018 até julho/2024. A busca resultou em três artigos. Os resultados indicam que a legislação recente, combinada com a pandemia de COVID-19, intensificou a precariedade na carreira docente, afetando a saúde mental e a qualidade de vida dos professores temporários. A falta de estabilidade e investimentos em infraestrutura também compromete as condições de trabalho. Este cenário demanda uma reavaliação das políticas educacionais e trabalhistas para melhorar as condições de trabalho e fortalecer a carreira docente, garantindo assim a qualidade da educação superior no Brasil.

Palavras-chave: Precarização; Trabalho Docente; Ensino Superior; Legislação; Qualidade da Educação.

1. Introdução

Com a expansão das universidades e a diversificação dos currículos, o ensino superior passou a responder às demandas de um mercado de trabalho globalizado e tecnologicamente avançado, atraindo corpo docente qualificado. No entanto, apesar desse progresso, o ensino superior enfrenta desafios como a necessidade de integrar novas tecnologias, adaptar-se às exigências do mercado, promover ambientes diversos e inclusivos e manter atualizado seu quadro docente e técnico, combinada com políticas públicas que não priorizam a formação continuada e o suporte aos professores, tem levado a uma baixa procura pela carreira docente (De Medeiros, 2007).

Schwerz et al. (2020) destacam que os indicadores de formação docente no Brasil refletem a redução do número de matrículas nos cursos de licenciatura e uma desaceleração



das aberturas de concurso público, indicando a necessidade de uma reavaliação das políticas educacionais para revitalizar o interesse pela carreira docente. Esse cenário tem levantado preocupações sobre o futuro da educação e condição de trabalho dos professores, em especial os em regime temporário.

De acordo com Francklin e Fernandes (2023), os docentes temporários lidam com uma série de dificuldades, incluindo uma carga horária intensa, instabilidade profissional, salários baixos, falta de benefícios e oportunidades limitadas para desenvolvimento profissional. Essas condições contribuem para uma percepção negativa da carreira docente, desencorajando potenciais candidatos a seguir essa trajetória. Considerando esses indicativos, a presente pesquisa tem como objetivo analisar, com base na literatura, as condições de trabalho docente dos professores em regime temporários no ensino superior. Destaca-se que este estudo foi realizado em colaboração com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Educação Física e Políticas Educacionais (GEEFE) e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Identidade Profissional, Políticas Públicas e Práticas em Saúde (LIPPS).

2. Métodos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, do tipo revisão integrativa, visando reunir e sintetizar resultados de pesquisas relacionadas a um tema ou questão de forma sistemática, estruturada e abrangente, contribuindo para o desenvolvimento de um conhecimento consistente e fundamentado (Ercole; Melo; Alcofarado, 2014).

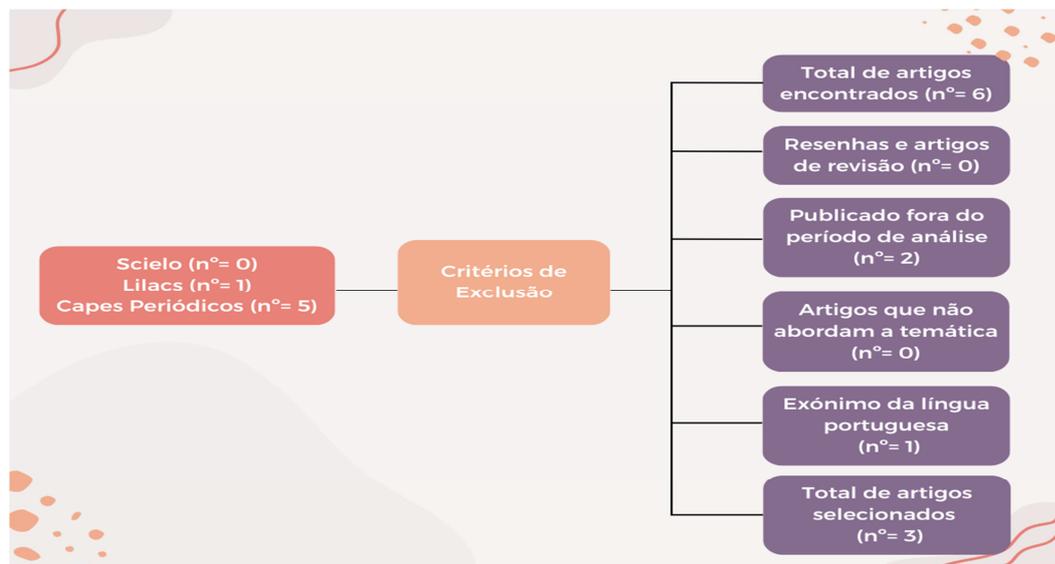
Para identificar a produção científica sobre a temática foi realizado uma busca nas bases de dados Capes Periódicos, Scielo e Lilacs, utilizando os descritores "condições de trabalho"; "professores temporários"; "ensino superior" e o operador booleano "AND" entre os termos. O período de 2018 até julho/2024 foi estabelecido como recorte temporal, período que se consideram mudanças nas estruturas das políticas educacionais, como por exemplo a Lei Estadual nº 20.294/2020, que regulamentou a contratação de professores temporários no Paraná por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), bem como os efeitos da pandemia de COVID-19. Ademais, o intervalo de mais de cinco anos permite uma análise abrangente e robusta, capturando tendências e mudanças influenciadas por políticas governamentais, reformas educacionais e inovações tecnológicas, proporcionando uma visão detalhada e contextualizada das condições de trabalho dos docentes temporários.



A busca nas bases de dados resultou em 5 artigos, que foram analisados de acordo com critérios de inclusão: a) ser artigo original; b) ter sido publicado no período 2018 até julho de 2024 e c) abordar a temática condições do trabalho docente temporário no ensino superior. Foram excluídos os artigos com as seguintes características: a) resenhas; b) artigos de revisão; c) artigos fora do período selecionado de análise; d) artigos que não abordam as condições do trabalho docente temporário no ensino superior; f) artigos indisponíveis na íntegra e g) artigos que não fossem em português.

Após o levantamento e análise das produções foram selecionados 03 artigos (Figura 1).

Figura 01: Fluxograma de seleção dos artigos para análise.



Fonte: As autoras.

3. Resultados e Discussão

Os artigos selecionados (Silva; Ribeiro; Machados, 2018; Moraes, 2023; Francklin; Fernandes, 2024) foram sistematizadas destacando título do artigo, objetivo geral e principais resultados encontrados.

Título	Objetivo Geral	Principais resultados
A gente está sempre com a guilhotina no pescoço”: precariedade e violência no trabalho docente	Analisar a natureza da relação existente entre a precariedade e a violência no trabalho dos professores substitutos de uma Ifes.	O estudo destaca que os professores temporários enfrentam uma condição de trabalho marcada pela precariedade, insegurança e violência simbólica. Esses docentes



		relatam um sentimento constante de instabilidade, devido à falta de garantias de permanência e ao tratamento desigual em relação a professores efetivos. Essa precariedade afeta diretamente a saúde mental e a qualidade de vida desses profissionais.
Precarização da docência do ensino superior: Flexibilização e intensificação do trabalho docente	Conceituar e discorrer sobre as dimensões do processo de precarização no ensino superior público.	Os autores destacam que a flexibilização e intensificação do trabalho docente tem afetado a vida dos professores, incluindo o aumento da carga de trabalho, a diminuição da estabilidade profissional, e os impactos negativos na saúde mental e na qualidade da educação.
As implicações das contratações temporárias para a docência no ensino superior	Analisar as implicações da instabilidade dos cargos dos professores temporários para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica na UEMG.	Os autores destacam que em geral os professores temporários lecionam muitas disciplinas por semestre, recebem menor remuneração e tem seus projetos de pesquisa e extensão interrompidos pelo vencimento dos contratos o que acaba afetando a satisfação dos professores com seu trabalho e também a qualidade do ensino, pesquisa e extensão ofertados.

Fonte: As autoras.

Os estudos analisados destacam que a precarização das condições de trabalho afeta diretamente a saúde mental, a qualidade de vida e o desempenho profissional dos docentes temporários. A ausência de estabilidade e a carga horária intensa resultam em impactos negativos não só na vida pessoal dos professores, mas também na qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelas instituições de ensino superior. Esse ciclo de precariedade desencoraja novos candidatos a ingressarem na carreira docente, perpetuando uma desvalorização generalizada da profissão.

4. Considerações Finais



As condições de trabalho dos professores temporários no ensino superior, considerando o contexto legislativo e as mudanças ocorridas entre 2018 até julho de 2024. As publicações forneceram uma base sólida para entender como as legislações, especialmente a Lei Estadual nº 18.419/2015 e a Lei Estadual nº 20.294/2020, tem impactado a vida profissional dos docentes, em especial em regime temporário. Esses achados indicam a necessidade de uma reavaliação das políticas educacionais e trabalhistas para garantir melhores condições de trabalho aos professores temporários. Além disso, é fundamental investir em formação continuada, infraestrutura e suporte para fortalecer a carreira docente e, conseqüentemente, a qualidade da educação superior no Brasil. Somente com ações concretas e um compromisso social renovado será possível reverter a desvalorização da docência e melhorar as condições de ensino e aprendizagem no país.

Referências

DE MEDEIROS, Arilene Maria Soares. Docência no ensino superior: dilemas contemporâneos. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, n. 12, 2007.

ERCOLE, Flávia Falci; DE MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **REME-Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, 2014.

FRANCKLIN, Adelino; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. As condições de trabalho de professores temporários no ensino superior. **Educação em Foco**, v. 28, n. 1, p. e28016-e28016, 2023.

FRANCKLIN, Adelino; FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. As implicações das contratações temporárias para a docência no ensino superior. **Revista Profissão Docente**, v. 24, n. 49, p. 1-16, 2024.

MORAIS, Aurora Maria. Precarização da docência do ensino superior: Flexibilização e intensificação do trabalho docente. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 28, n. 2, p. 204-225, 2022.

SCHWERZ, Roseli Constantino et al. Considerações sobre os indicadores de formação docente no Brasil. **Pro-Posições**, v. 31, p. e20170199, 2020.

SILVA, Solange Lopes da; RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MACHADO, Brenda Barros. “A gente está sempre com a guilhotina no pescoço”: precariedade e violência no trabalho docente. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. 9-10, 2018.